

CIES e-WORKING PAPER Nº 92/2010

Género na sociologia portuguesa

DIANA MACIEL

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Diana Maciel é socióloga e tem participado, no CIES/ISCTE-IUL, em pesquisas no âmbito da família, do género e das toxicodependências. É mestre em Família e Sociedade no ISCTE-IUL e doutoranda na área do género.
E-mail: diana.maciel@iscte.pt

Resumo

Este *working paper* resulta de um desafio colocado na Unidade Curricular do primeiro ano do Programa de Doutoramento em Sociologia no ISCTE-IUL ‘Investigação Sociológica em Portugal’, no qual se incentivava a uma análise ou interpretação de um domínio da sociologia nacional. Para tal, debruçou-se sobre um dos novos domínios clássicos: o género, pretendendo dar resposta às seguintes questões: Como apareceu e se desenvolveu a sociologia de género em Portugal? Como tem sido tratado o conceito de género na sociologia portuguesa? Sem pretensões de exaustividade, mas na tentativa de reflectir sobre a multiplicidade de perspectivas e sobre o percurso e desenvolvimento teórico e conceptual da sociologia de género em Portugal foram lidos livros e artigos científicos de alguns investigadores doutorados com prática de investigação regular e reconhecida no campo sociológico definido.

O *working paper* é, deste modo, estruturado em três partes. Uma primeira em que se esboça um breve percurso das ciências sociais, e particularmente da sociologia, em Portugal. Uma segunda parte em que se particulariza esse percurso da sociologia para o campo científico da sociologia de género. E, por fim, uma terceira parte em que se procura dar a conhecer, em breves traços, a conceptualização e problematização em torno do conceito de género e suas alternativas epistemológicas.

Palavras-chave: Género, sociologia portuguesa

Abstract

This working paper is the result of a challenge contained in the first-year Course Unit of the ISCTE-IUL PhD programme in sociology, “Sociological Research in Portugal”, of which analysis or interpretation of a national sociology field was the aim. For this, one of the new classical areas was investigated, gender, with the intention of answering the following questions: How did the sociology of gender appear and develop in Portugal? How has the concept of gender been dealt with in Portuguese sociology?

In an attempt to reflect on the multiplicity of perspectives and the theoretical and conceptual course and development of the sociology of gender in Portugal, without claiming exhaustiveness, we consulted scientific articles and books by certain research PhDs whose investigation into this sociological field is regular and recognised.

The working paper is structured in three parts. The first briefly sketches the course of the social sciences, and in particular sociology, in Portugal. The second part narrows this course of sociology to the scientific field of the sociology of gender. And, finally, in brief terms, the third part seeks to report the conceptualisation and problematisation on the concept of gender and the epistemological alternatives.

Key-words: Gender, portuguese sociology

Introdução

Com a institucionalização da sociologia, nas últimas décadas do século XX, e a consolidação dos sociólogos enquanto grupo profissional, Fernando Luís Machado realça, tendo em conta a teoria de Robert Reich, o estatuto dos sociólogos enquanto “analistas simbólicos” (Machado, 1996; Amâncio e Ávila, 1995; Pinto, 2004; Cunha, 2008). Desta forma, diferenciam-se e destacam-se de todo um outro conjunto de actividades profissionais, por se definirem pela tentativa e esforço em resolver problemas através da manipulação de símbolos como, por exemplo, palavras ou representações.

Por conseguinte, os sociólogos, para a resolução desses mesmos problemas, trabalham com uma vasta panóplia de ferramentas analíticas, de entre as quais os conceitos teóricos e epistemológicos. O que originou as questões que orientarão este trabalho. Como apareceu e se desenvolveu a sociologia de género em Portugal? Como tem sido tratado o conceito de género na sociologia portuguesa? Na tentativa de reflectir e contribuir para esta discussão sobre um dos novos domínios clássicos da sociologia (Machado, 2009), foram lidos livros e artigos científicos de alguns investigadores doutorados “com uma prática de investigação regular e reconhecida nos domínios em causa” (*id.*, *ibid.*: 301), para tentar compreender, embora sem pretensões de exaustividade, a multiplicidade de perspectivas ou até mesmo o percurso e desenvolvimento teórico e conceptual na sociologia de género em Portugal.

Para procurar responder a estas questões, o presente artigo estrutura-se essencialmente em três partes. Uma primeira em que se esboça um breve percurso das ciências sociais, e particularmente da sociologia, em Portugal. Uma segunda parte em que se particulariza esse percurso da sociologia para o campo científico da sociologia de género. E, por fim, uma terceira parte em que se procura dar a conhecer, em breves traços, a conceptualização e problematização em torno do conceito de género e suas alternativas epistemológicas.

Sociologia em Portugal

Apesar de a sociologia – aqui interpretada segundo a definição de Adérito Sedas Nunes (1963: 459), enquanto “[...] uma das disciplinas científicas que se ocupam da realidade social, uma das Ciências Sociais [...]” – só se ter institucionalizado verdadeiramente em Portugal posteriormente ao 25 de Abril de 1974, nos finais do século XIX começou a verificar-se, no campo intelectual português, o surgimento de princípios epistemológicos inovadores provenientes das ciências sociais. Em 1884, é publicado o *Tratado de Sociologia* de Teófilo Braga, com fortes influências do positivismo organicista e evolucionista, de Comte e Spencer nomeadamente. Este tratado resultou de um contexto social e cultural, reflectindo, desta forma, as polémicas intelectuais do virar do século, profundamente marcadas pelo positivismo. Esse período de reflexão e interesse pelas ciências sociais culminou numa institucionalização temporária da sociologia no mundo académico português, em 1901, ao constar do Plano de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo sido substituída em 1911 pela cadeira de Economia Política (Pinto, 2004).

Nesta primeira fase, e até ao fim do primeiro quartel do século XX, era notória uma reduzida institucionalização e uma grande indiferenciação de disciplinas no seio das ciências sociais, o que não permitiu uma estabilização do quadro intelectual e institucional, inviabilizando desse modo o seu desenvolvimento sustentável. O que se comprovou com a ruptura verificada no campo intelectual português resultante do golpe militar de 28 de Maio de 1926 (Pinto, 2004). Durante todo o período ditatorial, a reflexão e discussão sociológicas foram percebidas enquanto algo que colocava o regime em perigo devendo, por isso, ser vigiadas e censuradas pelo aparelho ideológico-repressivo (Sedas Nunes, 1988; Pinto, 2004; Cunha, 2008).

Porém, na década de 1960, com a conjugação de uma panóplia de factores, como, por exemplo, uma maior abertura da economia ao exterior, o fluxo emigratório e a urbanização em maior escala, criaram-se condições favoráveis a uma maior abertura às ciências sociais (Pinto, 2004). O que possibilitou a existência de tentativas camufladas de fazer com que a cadeira de Sociologia constasse em programas universitários, como no caso do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; em 1962, foi criado o Gabinete de Investigações Sociais e, em 1963, é editada a revista *Análise Social* (Sedas Nunes, 1988; Machado, 1996; 2009; Pinto, 2004;

Cunha, 2008). O contexto social, cultural e político foi bem vincado no nascimento do primeiro centro de investigação de sociologia e na primeira revista sociológica, como fica patente no testemunho de Adérito Sedas Nunes (1988: 16): “A *Análise Social* e o *Gabinete de Investigações Sociais* nasceram da conjugação entre um grupo, um homem e um Ministro.”

Com a morte política de Salazar, surgiram oportunidades de integrar cadeiras de ciências sociais nos planos de estudo das faculdades de economia e, já após a instauração da democracia em 1974, criou-se finalmente a primeira licenciatura em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Com o regresso ao país de um conjunto vasto de intelectuais, em trabalho conjunto com os que em Portugal lutavam de forma camuflada durante o regime ditatorial pela preservação e recuperação da sociologia, deu-se por fim a sua institucionalização e desenvolvimento, com a abertura de licenciaturas, mestrados e doutoramentos (Amâncio e Ávila, 1995; Machado, 1996; 2009; Pinto, 2004; Cunha, 2008).

Surgiram concomitantemente centros de investigação sociológica como, por exemplo, o Centro de Estudos Sociais (CES) em Coimbra, em 1978, o Instituto de Ciências Sociais, antigo GIS, em 1982, o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) no ISCTE, em 1985, e o Socinova, na Universidade Nova, em 1987 (Machado, 1996; 2009; Cunha, 2008). Estes centros de investigação científica em sociologia, em articulação com as transformações verificadas no panorama editorial, tornaram possível a publicação de mais revistas científicas na área das ciências sociais (Pinto, 2004; Cunha, 2008), como é o caso da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (do CES), em 1978, dos *Cadernos de Ciências Sociais* (da Universidade do Porto), em 1984, e da *Sociologia, Problemas e Práticas* (do CIES), em 1986. Neste contexto de institucionalização crescente, criaram-se igualmente associações científicas, como a Associação Portuguesa de Sociologia e a Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, ambas em 1985, e em 1986 a Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses, entretanto extinta (Machado, 1996; 2009; Cunha, 2008).

Apesar de a sociologia em Portugal ser marcada por uma tripla juventude, como defendeu Machado (1996; 2009), na década de 1990 sofreu um desenvolvimento significativo, encontrando-se actualmente numa fase de institucionalização avançada. Já

não é maioritariamente constituída pelo campo académico, estando também presente em departamentos de administração pública central, regional e local, em empresas ou instituições privadas. Parece, desta forma, ter atingido a terceira e última etapa do processo de profissionalização desenvolvido por António Firmino da Costa, em que os sociólogos se constituem enquanto grupo profissional (ver Machado, 1996).

Sociologia de género em Portugal

O conceito de género surgiu internacionalmente, pela primeira vez, na considerada segunda vaga do feminismo, ou seja, em 1972, em pleno activismo das décadas de 1960 e 1970, com Ann Oakley, na obra *Sex, Gender and Society*, cumprindo o objectivo político e conceptual de problematizar as diferenças entre homens e mulheres fora da esfera da biologia (ver Amâncio, 2003a).

No entanto, o interesse e a abordagem dos temas relacionados com o género foi mais recente em Portugal, apenas possível a partir de 1974, com um desenvolvimento lento e irregular, mantendo-se inclusive em estado de latência até aos anos 80 (*id., ibid.*). Isto porque, como Teresa Joaquim (2007) alerta, o campo das ciências sociais ligado às questões sobre o género, as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, teve de esperar primeiro por um contexto de institucionalização e consolidação das referidas ciências e só depois pela sua articulação com o feminismo em Portugal. Durante as primeiras décadas da sociologia em Portugal (décadas de 1960 e 1970), as poucas publicações e investigações científicas existentes omitiam este objecto de estudo, tendo sido a abertura a novos campos de investigação, como a juventude, a família, o corpo ou o quotidiano, mas também o género, maior nas décadas posteriores (*id., ibid.*).

Este desenvolvimento tardio do género nas ciências sociais em Portugal e, mais concretamente, na sociologia, deveu-se a um conjunto de factores que deu origem a um contexto social e cultural pouco propício e inibidor. De entre eles, destaca-se: a invisibilidade das organizações de mulheres criadas na década de 1970; a baixa escolaridade da população portuguesa no século XX, agravando-se ainda na população feminina; a mobilização das mulheres que conseguiam aceder ao ensino superior, uma minoria, privilegiadas e pertencentes a uma elite, para a luta contra a ditadura e a guerra colonial, dado o contexto social e político da altura; e o já referido desenvolvimento,

também ele recente e tardio, das ciências sociais em Portugal, dificultando a reflexão e problematização conceptual e analítica (Amâncio, 2003a).

Na verdade, Portugal encontra-se, deste modo, segundo Amâncio (*id.*, *ibid.*), ainda na fase de acumulação no que se refere à reflexão e discussão das questões sobre género, contrastando com Espanha, que se encontra já na fase de consolidação.

Conceito de género em Portugal

A designação de sociologia de género, muito mais recente do que o campo científico de investigação sobre questões relacionadas com homens e mulheres, teve o seu próprio percurso histórico, tendo inicialmente sido denominada sociologia da condição feminina, como aparece referida no artigo de Ana Nunes de Almeida (1986b: 983). A sociologia da condição feminina portuguesa, ainda muito reduzida na década de 1980, tentava colmatar lacunas existentes na sociologia, que, durante anos, tal como as restantes ciências sociais, ignorou “a mulher” enquanto objecto de estudo e problema teórico, primando o tema pela sua invisibilidade.

Exemplo desse esforço em reflectir, discutir e problematizar a mulher enquanto campo científico é o artigo de Ana Nunes de Almeida (1986a), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, em que a autora estudou as representações com que a mulher se descreve e fala de si, descobrindo o significado de ser mulher, mas também as suas práticas. Não se focou apenas no que elas dizem, mas também no que fazem, uma vez que nem sempre os dois universos são totalmente coincidentes e a identidade feminina não se limita às representações. Complementarmente, preocupou-se também com “um roteiro dos *lugares* em que aquelas habitam e dos *tempos* em que se movem” (*id.*, *ibid.*: 494). Com este artigo, foi possível perceber-se que, apesar da diferenciação dos lugares objectivos ocupados por homens e mulheres, estas últimas não se vêem totalmente desprovidas de poder nas suas relações e interacções quotidianas. Isto é, apesar de, por vezes, os discursos veicularem representações em que as mulheres pouco podem fazer perante o poder hegemónico dos homens, na verdade as práticas demonstram o contrário, isto é, um poder invisível e silencioso, mas real, por parte das mulheres.

Ana Nunes de Almeida, ainda num artigo anterior (1985), discutiu e tentou responder à questão principal de como as mulheres geriam e organizavam o seu trabalho e toda a família no processo de migração do campo para a cidade na sociedade portuguesa. É, desta forma, outra ilustração do início do tema “a mulher” como objecto de estudo sociológico em Portugal.

Outro trabalho, na mesma via, é o de Karin Wall (1986), “A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo”, que pretendeu responder à questão: qual o papel da mulher na agricultura e na sociedade camponesa? Neste artigo a autora debruçou-se sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura, e procurou respostas para a hipótese de uma maior feminização da agricultura dada a deslocação do trabalho masculino para as indústrias. Concluiu-se não só que não se verificou uma maior feminização, visto os valores de mulheres a trabalharem no sector primário no total dos trabalhadores deste sector se manterem relativamente constantes, como também que não se pode atribuir uma relação directa de causa-efeito entre a feminização da agricultura e a proletarização do trabalho do homem.

A constituição deste campo científico esteve desde o início vinculada a uma instituição da administração pública para a igualdade, na altura denominada Comissão da Condição Feminina, institucionalizada em 1977, para substituir a então Comissão para a Política Social Relativa à Mulher, existente desde 1973 (Joaquim, 2007). No entanto, e como sempre reflectiu na sua designação a evolução do próprio domínio científico da sociologia de género, com a entrada de Portugal na União Europeia (1986), a Comissão, mais do que lutar pela consciencialização e informação sobre a situação da mulher na sociedade portuguesa e contra a discriminação da mesma, empenhou-se na luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, tendo mudado o seu nome para Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres.¹

Deste modo, e retomando a linha de raciocínio do desenvolvimento da sociologia de género em Portugal e sua conceptualização, nos anos 90, mais do que desvendar e revelar a situação da mulher portuguesa, a sociologia começou a abordar a questão do ponto de vista das mulheres, já não encaradas como “a mulher”, visto o seu cariz tendencialmente essencialista, assumindo-se agora a multiplicidade de mulheres e

¹ www.cidm.pt (consultado a 12 de Janeiro de 2009)

de homens e não que os dois grupos são heterogéneos entre si mas cada um homogéneo no seu seio. Para além disto, passou a considerar-se também o ponto de vista dos homens e a noção de relação substituiu a de condição.

De facto, Anália Torres (1992), no seu artigo “Fatalidade, culpa, desencontro: formas da ruptura conjugal”, debruçou-se sobre os aspectos sociológicos do divórcio, ouvindo testemunhos de mulheres e homens de vários meios sociais e idades, analisando diferenças de papéis, expectativas e percepções consoante a classe, a geração e, principalmente, o sexo do entrevistado, dimensão (e não apenas variável) aqui transversal a toda a análise.

Também no artigo de Torres e Vieira da Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, em que se analisou a problemática das políticas sociais e soluções socioeducativas e de guarda de crianças, foi visível o enfoque na desigualdade entre homens e mulheres no que se refere à actividade profissional, com o predomínio das mulheres nos trabalhos menos qualificados, mas também no que se refere ao trabalho não pago em que estas, devido à dupla jornada de trabalho, ficam sobrecarregadas.

Maria das Dores Guerreiro (1992), em “Trajectórias sociais e relações familiares: empresários de PME”, centrou-se em famílias empresárias de pequenas e médias empresas, analisando a relação e, por vezes, sobreposição entre a família, suas relações e estratégias, desde a problemática da escolha do cônjuge às estratégias matrimoniais, e a actividade empresarial. Sendo que a presença da família na estrutura da organização da empresa pode assumir várias formas, com especial destaque para o importante papel da mulher do empresário no estabelecimento dessa relação entre os processos externos e internos que, como demonstrou a autora, têm reflexos nas trajectórias individuais e familiares.

No entanto, foi ainda na década de 1990 que o conceito de género surgiu nos debates dos colóquios organizados pelo Instituto de Ciências Sociais e pelo Instituto de História Económica e Social, adquirindo maior visibilidade em 1994, quando o III Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais contemplou uma sessão sobre género. O conceito começou assim a surgir em textos e artigos científicos em várias áreas das ciências sociais em Portugal, como no caso da psicologia social, com Lígia Amâncio; e no caso da antropologia, com Miguel Vale de Almeida (Amâncio, 2003a).

Segundo uma investigação levada a cabo por Lúcia Amâncio (1993; 1994; 2003b) sobre as representações socialmente construídas respeitantes ao que é considerado ser homem ou mulher na sociedade actual, os homens surgem como hierarquicamente superiores a um nível simbólico. Constituem um modelo universalista de referência de competências nos mais variados planos, desde o profissional ao relacional e comportamental. São percebidos como competentes e organizados no contexto do trabalho, gestores das situações e dos outros. Deste modo, são os exemplos de autonomia, independência, poder e dominação da realidade, com que se comparam as mulheres que, por oposição, detêm um valor simbólico muito mais particularista e inferior.

Deste modo, Amâncio não só definiu género enquanto um conceito profundamente distinto de sexo, em que este “[...] seria um marcador físico e morfológico de conotação biológica, enquanto o género remeteria para o domínio da cultura, ou para o de uma produção de origem sociológica, segundo Oakley (ou psicológica, segundo Stoller), que fornece os elementos indispensáveis para a percepção e compreensão do próprio corpo sexuado e para a construção das noções de eu e do outro [...]” (2003a: 694-695), como alertou para o facto de os significados atribuídos ao feminino e ao masculino serem assimétricos, concedendo aos homens “[...] o lugar do ser sujeito, livre de constrangimentos contextuais [...]” (Simões e Amâncio, 2004: 74).

Na verdade, para Amâncio (2003a), género consiste numa relação social assimétrica simbolicamente, definida num contexto de dominação que foi social e culturalmente construído, não se tratando de uma propriedade dos indivíduos nem de algo que faça parte da sua essência, como também foi defendido por Connell (1993; 1995) e Kimmel (2000). O género constrói-se e exerce-se continuamente em toda e qualquer interacção, tal como advogaram os sociólogos Candace West e Don Zimmerman (em Kimmel, 2000). Género não é, assim, um componente fixo e estático, não é apenas o aspecto que se tem, mas o que se faz. Diariamente se constrói, desempenhando as actividades e exibindo as características que estão prescritas, dado que o género é uma representação, pela qual, através da manipulação bem sucedida de adereços, sinais, símbolos e emoções, o indivíduo consegue convencer os outros da aquisição bem sucedida da masculinidade ou feminilidade (Kimmel, 2000; Giddens, 2001). Deste modo, o género é construído em toda a interacção, em toda a situação e em

toda a instituição na qual o indivíduo se encontra. É o que leva para cada interacção e o que é produzido em cada uma (Lorber e Farrell, 1991; Connell, 1995; Kimmel, 2000; Giddens, 2001).

Para Amâncio (2003a), bem como os indivíduos vão construindo a sua identidade de género, também as posições que estes ocupam na sociedade e nas instituições em que se inserem constroem-se tendo por base um determinado género. Porque o género é mais do que um atributo dos indivíduos, ele organiza e constitui o campo no qual esses indivíduos se movem. As instituições que fazem parte da vida do indivíduo são elas próprias instituições com género específico, reproduzindo diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Com efeito, criam padrões normativos de género, expressando uma lógica institucional genderizada. A identidade dos indivíduos dá forma às instituições segundo uma ideologia de género, e estas expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de género. As próprias instituições expressam uma lógica, uma dinâmica que reproduz as relações de género entre homens e mulheres e a ordem de hierarquia e poder (Connell, 1993; Kimmel, 2000; Amâncio, 2003a).

Miguel Vale de Almeida (1995), na antropologia, problematizou e definiu o conceito de género enquanto um conjunto de significados e expectativas associadas aos comportamentos dos elementos de cada sexo no seio de uma cultura, ou seja, o que significa em dada cultura ser homem ou mulher, ser masculino ou feminino, salientando a sua vertente cultural basilar, quando o define enquanto “um sistema de símbolos e significados influenciadores e influenciados de e por práticas e experiências culturais” (*id.*, *ibid.*: 139). Assim sendo, o género constitui, para este autor, uma percepção e avaliação cultural, relativista e conjuntural, da feminilidade e masculinidade dos indivíduos, e não apenas uma propriedade do indivíduo, alguma “coisa” que se tem, tal como foi também defendido por Kimmel (2000) e Giddens (2001). Almeida realçou, todavia, igualmente o facto de o androcentrismo de que o feminismo acusou a antropologia não só ter impedido que se estudassem e analisassem as mulheres enquanto objecto de estudo, mas também que se desse conta da diversidade de masculinidades existentes, ao tomar-se, durante anos, a masculinidade hegemónica como a norma.

Na sociologia, Ana Nunes de Almeida, em 1996, no artigo “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos sociais”, que reproduz quase integralmente a sua intervenção na sessão de abertura do III Congresso Português de Sociologia com o tema “Mudança: práticas e processos da mudança social”, referiu mudanças velozes e diversificadas na realidade social portuguesa que se reflectiram nos temas a analisar e nos objectos de estudo a problematizar pela sociologia. De entre os quais, destacou então o conceito de género e sua distinção das categorias de sexo.

Anália Torres (2001), tal como Lígia Amâncio e Miguel Vale de Almeida, descreveu o conceito de género, no livro *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, como a construção social e cultural dos comportamentos, representações, papéis e expectativas dos indivíduos a partir do corpo biológico. Ou seja, tal como West e Zimmerman enunciaram, a biologia fornece a matéria-prima a partir da qual se começa a construir a identidade de género de cada indivíduo, mas a sociedade e a história fornecem o contexto. A interacção, socialização e integração na sociedade, a partir do corpo biológico, faz do indivíduo o que ele é. Deste modo, é ao longo de um processo permanente de construções e reconstruções, vulnerável a mudanças e contingências, que o indivíduo desenvolve a sua identidade de género (em Kimmel, 2000). No entanto, Torres (2001) complementou a perspectiva destes sociólogos, ao alertar para o importante peso dos constrangimentos socioinstitucionais na construção do género. O local objectivo que o indivíduo ocupa no trabalho, na família e nos contextos em que ocorrem as interacções no quotidiano detém uma influência considerável que West e Zimmerman negligenciaram.

Torres (*id.*, *ibid.*) acrescentou ainda que não existem apenas uma masculinidade e uma feminilidade, tal como Connell (1993; 1995) e Kimmel (2000) também haviam defendido. Não se pode falar de masculino e feminino como se cada um fosse uma essência universal, constante e singular. O género é bem mais plural que o considerado no modelo binário, não existindo uma só forma de ser “masculino” e uma de ser “feminina”.

O conceito de género tem marcado profundamente a obra da autora desde finais da década de 1990, como quando, no artigo “A individualização no feminino, o casamento e o amor”, de 2000, problematizou a questão da relação da individualização e construção da identidade pessoal e individual com o género, referindo que esse

processo é diferenciado e submetido a relações de poder, tal como Lígia Amâncio havia referido também. Neste texto, Anália Torres descreveu o processo denominado como passagem de mulher-natureza para mulher-indivíduo, em que a mulher já não é percebida única e exclusivamente enquanto mãe e esposa, mas já enquanto um ser autónomo, capaz de tomar decisões sobre o seu percurso e de, sozinha ou juntamente com o marido, exercer as funções de provedor da família, conseguindo desta forma construir de forma directa a sua identidade pessoal e social e não de forma mediada, como sucedeu até à década de 60 do século XX. Transformação também defendida por Beck e Beck-Gernsheim (1995) e Singly (1996; 2000).

Anália Torres, num artigo mais recente, em co-autoria com Rui Brites, “Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal”, de 2006, avaliou diferenças e semelhanças entre homens e mulheres relativamente a grandes temas presentes no questionário European Social Survey, como nomeadamente política, percepção de bem-estar, confiança social e valores humanos, com o intuito de mais uma vez tentar demonstrar o realçado por Rubin, quando sublinha que as diferenças intersexos são inferiores às diferenças intrasexos. Apenas existe um tabu da semelhança, em que são exacerbadas as diferenças biológicas dos indivíduos em detrimento de outros factores bem mais determinantes, como a classe, a geração, a cultura (em Kimmel, 2000).

Sofia Aboim, no artigo “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo”, de 2008, ao tentar responder à questão de como estão os homens de Maputo a reconstruir as suas identidades depois da aprovação da nova Lei da Família, com uma perspectiva mais moderna e igualitária da família e do género, esclareceu, tal como Miguel Vale de Almeida já havia feito, a importância do conceito de masculinidade, trazendo os homens como objecto de estudo para a sociologia de género. Defendeu que as masculinidades, e não apenas a masculinidade, são algo de fluido, em constante construção e resultante da interacção, tal como já defendera Lígia Amâncio e Anália Torres relativamente à identidade de género. No entanto, a relação na qual é construída a masculinidade é uma relação de dupla dominação: a dominação da masculinidade sobre a feminilidade e a dominação da masculinidade hegemónica, heterossexual, dominante, patriarcal, sobre as outras.

Acompanhando esta tendência teórica e epistemológica e reconhecendo a importância do conceito de género para as ciências sociais, muito recentemente, em 2007, a instituição da administração pública para a igualdade foi redesignada, desta vez, como Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, aparecendo finalmente no seu nome institucional o conceito de género.²

No entanto, e para finalizar, é essencial referir que o conceito de género não é unânime. Seguindo a tradição francesa, Virgínia Ferreira defendeu em vários artigos científicos o conceito de relações sociais de sexo e não o conceito de género, de tradição norte-americana. De facto, mais do que denunciar politicamente desigualdades e assimetrias, esta corrente francesa procura compreender essas desigualdades (Torres, 2001; Amâncio, 2003a). Virgínia Ferreira, no artigo “Tecnologias e relações sociais de sexo”, de 1991, e no capítulo “‘Quando as mulheres eram computadoradoras’ – reflexões em torno das variações da feminização da programação em informática”, do livro *O Longo Caminho das Mulheres*, de 2007, defendeu que as relações entre homens e mulheres devem ser consideradas enquanto relações sociais, uma vez que atravessam a sociedade no seu conjunto, introduzindo condicionalismos objectivos que comunicam com todos os domínios da realidade social, que se encontram profundamente interligados.

Considerações finais

Apesar da tripla juventude que caracteriza a sociologia em Portugal, com a sua recente institucionalização enquanto disciplina e ciência social, a sua recente profissionalização e também a relativa juventude dos seus profissionais, os sociólogos têm-se consolidado enquanto grupo profissional e têm amadurecido as ferramentas analíticas com que, como “analistas simbólicos”, trabalham (Machado, 1996). Tendo estes traços gerais em consideração, o objectivo deste trabalho foi tentar compreender como surgiu e se desenvolveu a sociologia de género em Portugal, e também como surgiu e é tratado o conceito de género nas ciências sociais portuguesas, e mais especificamente na sociologia.

A sociologia de género em Portugal teve um início algo tardio, lento e irregular, dada a institucionalização também tardia da sociologia em Portugal,

² www.cidm.pt (consultado a 12 de Janeiro de 2009)

resultante do contexto histórico, político, social e cultural do país. Como tal, e visto que, tal como Joaquim defendera, a sociologia de género necessitava de uma articulação entre a própria consolidação das ciências sociais portuguesas e o movimento feminista, este campo da sociologia manteve-se em estado de latência até aos anos 80 (Amâncio, 2003a).

De facto, foi nessa década que alguns artigos científicos no seio da sociologia da condição feminina foram publicados com o intuito de dar a conhecer a situação real das mulheres portuguesas. No entanto, nos anos 90, este campo científico deixou de estudar “a mulher” para analisar “as mulheres”, e substituiu a noção de “condição” pela de “relação”, e pela primeira vez o conceito de género surgiu em debates de colóquios e adquiriu maior visibilidade quando, em 1994, o III Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais contemplou uma sessão sobre género (Amâncio, 2003a).

O conceito de género começou assim a surgir em textos e artigos científicos de várias ciências sociais enquanto um conceito inovador com um cariz basilar fortemente cultural, que se diferenciava da categoria analítica de sexo, puramente biológica. De facto, definiu-se género enquanto significações e expectativas social e culturalmente associadas a comportamentos de cada sexo num determinado espaço e tempo, sendo profundamente distinto de sexo, que compreende as organizações cromossomais, químicas e anatómicas dos indivíduos, homens ou mulheres. O género e a identidade de género do indivíduo constroem-se e reconstroem-se ao longo da sua biografia, na e com a interacção com os outros, num contexto também ele genderizado e em que o(s) masculino(s) e o(s) feminino(s) não têm o mesmo peso, valor e significado.

Porém, a sociologia de género engloba também outros conceitos e perspectivas com tradições epistemológicas diferenciadas, como é o caso do conceito de relações sociais de sexo, que visa compreender as desigualdades e assimetrias entre homens e mulheres. Esta corrente de pensamento, defendida em Portugal por Virgínia Ferreira, defende que as relações entre homens e mulheres atravessam os vários domínios, profundamente interligados, da realidade social, quer se trate da intuição familiar, quer da profissional, e consequentemente introduz-lhes condicionalismos objectivos.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2008), “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo”, *Análise Social*, vol. XLIII, n.º 187, pp. 273-295.
- Almeida, Ana Nunes de (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares”, *Análise Social*, vol. XXI, n.º 85, pp. 7-44.
- Almeida, Ana Nunes de (1986a), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise Social*, vol. XXII, n.º 92-93, pp. 493-520.
- Almeida, Ana Nunes de (1986b), “As mulheres e as ciências sociais: os sujeitos e os objectos de investigação”, *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, pp. 979-985.
- Almeida, Ana Nunes de (1996), “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 20, pp. 105-112.
- Almeida, Miguel M. C. Vale de (1995), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Amâncio, Lígia (1993), “Género: representações e identidades”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 14, pp. 127-140.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (2003a), “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, vol. XXXVIII, n.º 168, pp. 687-714.
- Amâncio, Lígia (2003b), “Género e assimetria simbólica: o lugar da história na psicologia social”, em *Temas e Debates em Psicologia Social – Identidade, Conflito e Processos Sociais: A Psicologia Social na Prática*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, Lígia, e Patrícia Ávila (1995), “O género na ciência”, em *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 135-162.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Robert W. (1993), *Gender and Power*. Oxford: Polity Press.
- Connell, Robert W. (1995), *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.

- Cunha, Sandra Mestre da (2008), “Quem estuda o quê em Portugal: uma análise da produção sociológica portuguesa numa perspectiva de género”, *Cies e-Working Paper*, n.º 51.
- Ferreira, Virgínia (1991), “Tecnologias e relações sociais de sexo”, *Organizações e Trabalho*, n.º 516.
- Ferreira, Virgínia (2007), “‘Quando as mulheres eram computadoradoras’ – Reflexões em torno das variações da feminização da programação em informática”, em *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos – 80 Anos Depois*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Giddens, Anthony (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Guerreiro, Maria das Dores (1992), “Trajectórias sociais e relações familiares: empresários de PME”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11, pp. 63-77.
- Joaquim, Teresa (2007), “Feminismos, estudos sobre as mulheres ou ‘para onde vai este barco’”, em *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos – 80 Anos Depois*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Kimmel, Michael (2000), *The Gendered Society*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lorber, Judith e Susan Farrell, (ed.) (1991), *The social construction of gender*, London, Sage Publications.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 20, pp. 43-103.
- Machado, Fernando Luís (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, série I, vol. 19, pp. 283-343.
- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 11-31.
- Sedas Nunes, A. (1963), “Problemas da sociologia em Portugal”, *Análise Social*, vol. I, n.º 3, pp. 459-464.
- Sedas Nunes, A. (1988), “Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 1, pp. 11-55.

- Simões, Joaquim, e Lígia Amâncio (2004), “Género e enfermagem: um estudo sobre a minoria masculina”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 44, pp. 71-81.
- Singly, François de (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*. Paris: Nathan.
- Singly, François de (2000), “O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar”, em Peixoto, Singly e Cicchelli (orgs.), *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Torres, Anália Cardoso (1992), “Fatalidade, culpa, desencontro: formas de ruptura conjugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11, pp. 43-62.
- Torres, Anália Cardoso (2000), “A individualização no feminino, o casamento e o amor”, em Peixoto, Singly e Cicchelli (orgs.), *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 28, pp. 9-65.
- Torres, Anália Cardoso, e Rui Brites (2006) “Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva de género numa análise transversal”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 6: Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin (1986), “A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para o seu estudo”, *Análise Social*, vol. XXII, n.º 3-4, pp. 661-668.